

**A CORRUPÇÃO POLÍTICA E OS MEDIA –
UMA PERSPETIVA COMPARADA
THE POLITICAL CORRUPTION AND THE MEDIA -
A COMPARATIVE PERSPECTIVE**

JOSÉ PACHECO PEREIRA
CIMJREVISTA@FCSH.UNL.PT

RESUMO

O artigo defende que discutir o problema da corrupção política implica não ignorar a manipulação de opinião pelos media e a ausência de mecanismos de distanciamento por parte destes e afirma que a cobertura jornalística da corrupção política está muito longe de cobrir os aspetos mais importantes da realidade no que respeita à corrupção. No que respeita ao sistema político-partidário, o autor analisa os circuitos do poder no seio dos partidos, os mecanismos de influência entre estes e deputados, autarquias e governos.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo, Partidos Políticos, Corrupção, Crise, Clientelismo

ABSTRACT

The article argues that discussing political corruption implies not ignoring the manipulation of opinion and the lack of distancing's mechanisms in the media. It states that the media coverage of political corruption is far from covering the most important aspects of reality with regard to corruption. Concerning the system of political parties, the author analyzes the power circuits within the parties, the mechanisms of influence between them and deputies, authorities and governments.

KEYWORDS

Journalism, Political Parties, Corruption, Crisis, Patronage

A CORRUPÇÃO POLÍTICA E OS MEDIA –
UMA PERSPETIVA COMPARADA
THE POLITICAL CORRUPTION AND THE MEDIA -
A COMPARATIVE PERSPECTIVE

JOSÉ PACHECO PEREIRA¹

CIMJREVISTA@FCSH.UNL.PT

Agradeço a oportunidade de poder discutir estas questões que são hoje questões centrais na democracia, como é o caso da corrupção política... O título “Corrupção Política”, causou-me alguma dificuldade em defrontá-lo porque não se percebe se é corrupção política no sentido de “comprar votos”, ou se é a corrupção *em política*, os seja, nos mecanismos tradicionais de corrupção, transmitidos à política. Vou falar de todas estas formas porque penso que elas comunicam entre si. Não são necessariamente a mesma coisa, mas comunicam entre si.

Gostaria de começar chamando a atenção para os organizadores e os estudiosos desta matéria para uma perspetiva comparada muito interessante a fazer com um país estrangeiro, naquele sentido em que começava o livro de Hartley ² que é: «O passado é um país estrangeiro. Lá fazem imensas coisas de forma diferente». E de facto, há um país estrangeiro com o qual é muito interessante fazer este estudo que é Portugal antes do 25 de Abril. Nas perguntas que foram feitas no aniversário do 25 de Abril, houve uma que suscitou interesse porque a resposta foi: «existe a percepção de que os governantes anteriores ao 25 de Abril eram menos corruptos ou havia menos corrupção que depois do 25 de Abril». E é por isso que estamos a falar de um país estrangeiro, porque se consultarmos os cortes da censura quando eles eram estruturados de forma cronológica, a censura apresentava os resultados de forma diferente durante aqueles 48 anos. A censura é uma realidade que acompanha todos os dias do regime ditatorial, sem exceção. Não há um único dia sem censura, aliás desde 1926 a 74, embora alguns aspetos da censura sejam anteriores. Mas no início da atividade da censura, a censura fazia uns boletins de que tenho uma parte importante no meu arquivo – consegui evitar que fossem para o estrangeiro e alguns estão na torre do tombo. Faziam-se uns boletins semanais e esses boletins semanais são uma espécie de diário do Portugal que nós não conhecemos. E o que faziam esses boletins semanais? Havia três – Norte, Centro e Sul – e todas as semanas os censores recolhiam o que cortavam, parcial ou integralmente, estruturado de uma forma em que havia uma parte política, que, tenho insistido muitas vezes, não é a mais importante na análise da censura, porque a parte política é óbvia; uma parte social, portanto de conflitualidade social de todos os tipos, não apenas as formas

¹ Comunicação apresentada ao Colóquio “A Corrupção Política e os Media – Uma Perspetiva Comparada”. Lisboa, 28 de Maio de 2014 (Texto não revisto pelo autor).

² Hartley, L.P. (1953, 1990). *O Mensageiro*. Lisboa: Editorial Presença.

clássicas de conflitualidade social, mas por exemplo quando uns trabalhadores rurais, uns operários, apanhavam o patrão e lhe batiam... Aquilo, no fundo, era um crime de delito comum, mas com conteúdo social e, depois, um conjunto de alíneas sobre atitudes antirreligiosas, portanto o problema do anticlericalismo, e uma parte moral.

Quando vemos esses relatórios, no seu conjunto, temos aquele Portugal que, exatamente, a censura impediu que fosse conhecido pelas pessoas e que é o que explica esta percepção de não haver corrupção. Porque o que esses relatórios revelam é um Portugal completamente diferente, até da percepção que nós, mesmo aqueles que apesar de tudo conhecem alguma coisa do Estado Novo, temos do regime: os desfalques, usando a terminologia da época, roubos, corrupção a todos os níveis, pedofilia, sem esse nome, com outro nome, ainda a enorme violência da vida familiar. Ou seja, nós estamos perante um Portugal, um país estrangeiro que a censura protegeu de ser conhecido publicamente. Desse ponto de vista, isto remete para o âmago deste colóquio, desta discussão, deste debate, que é de facto a correlação entre a exposição mediática e a corrupção, neste caso não a corrupção política mas a corrupção em geral. E portanto, um trabalho que penso que é importante fazer – agora há um projeto que se está a tentar desenvolver para publicar estes relatórios sobre a forma de um diário, portanto um Portugal – de Arganil, Figueira de Castelo Rodrigo, Lisboa, Coimbra, a partir dos cortes da imprensa local mas também tem os panfletos que apareciam, os poemas distribuídos por um poeta popular, em alguns casos até manuscritos metidos nas caixas de correio, e portanto um Portugal completamente diferente – esse país estrangeiro que merecia ser comparado. Aquilo que foi dito pelos *media* e aquilo que os *media* não puderam dizer é fundamental para criar uma percepção pública, neste caso a percepção que se traduz na resposta à pergunta dos 40 anos do 25 de Abril que é: «Não havia tanta corrupção como há agora». A verdade é que havia, pelo menos tanta como agora, mas de formas diferentes porque a relação entre o dinheiro e a política não é necessariamente igual em todos os tempos e esse “país estrangeiro”, era importante conhecê-lo.

O segundo aspeto era o da minha perplexidade acerca do que falar. Vou falar da corrupção política nos *media* propriamente ditos? Sim, acho que esse problema tem que ser levantado. Há um aspeto da corrupção política que tem a ver com a promiscuidade entre o exercício da ação política e os *media*. Há mecanismos de distanciamento que deviam existir e não existem, antes de falar dos mecanismos da corrupção política, que em grande parte dos seus aspetos publicados, estão muito longe de cobrirem os aspetos da realidade. Há um problema de desconhecimento em relação aos mecanismos de corrupção política nos dias de hoje, há tendência para reproduzir os esquemas do passado. Isto, quando os próprios mecanismos de corrupção política mudaram significativamente e não são todos iguais em termos da estratificação do sistema político. São diferentes na parte de baixo do sistema político, e são diferentes no topo, à volta da governação, em cima. Estes mecanismos têm de facto a característica de garantirem invisibilidade. Desse ponto de vista, às vezes a análise mais fácil passa por olhar para a visibilidade. Eu, por exemplo, sou crítico dos livros do Paulo de Moraes – depois podemos ver isso – porque eles abordam a parte mais fácil da análise da corrupção, que é o parlamento, quando o “grosso” da corrupção não se encontra no parlamento, mas noutros mecanismos. E isso cria um desvio de atenção para a parte mais fácil da descrição da corrupção, que é associar os interesses

traduzidos na profissão dos deputados com a expressão dos seus interesses, por via parlamentar. Não quer dizer que não haja mecanismos de tráfico de influências, mas não se fazem necessariamente pela circunstância de se estar no parlamento, mas pela circunstância de se estar no partido, o que não é a mesma coisa. Vem muito mais do poder intrapartidário do que do poder do parlamento.

A primeira das questões, e também falaremos dela mais à frente, é aquela célebre frase de Pina Moura³, de que «a Ética Republicana é a Lei», no sentido em que tudo o que não esteja proibido por lei se pode necessariamente aceitar como sendo ético. É uma frase que, do meu ponto de vista é inaceitável, por causa exatamente do sentido de «Ética» no conceito republicano. A expressão depois foi pervertida. O seu uso, na política, vai muito para além da lei, porque se fosse apenas um problema de lei não tinha sentido ser definido como um problema de ética. É uma questão interessante de discutir. Começemos pelos *media*.

Evidentemente, aqui estou a pregar aos convertidos porque aqui a maior parte das pessoas conhece os mecanismos dos *media* mas eu acho que uma das grandes falências do escrutínio público e democrático é o desconhecimento que a maioria dos portugueses tem de como os *media* são, daquilo que resulta de um jornal. O que resulta de um jornal económico, por exemplo? Como é que as notícias estão lá? Para a maioria das pessoas, aquilo são notícias, com o mesmo estatuto de qualquer outra notícia. O que significa que desconhecem completamente o papel das agências de comunicação, desconhecem completamente o papel das vias de comunicação que as empresas – no caso da imprensa económica, por exemplo, isso é evidente – têm com os próprios jornais, desconhecem a circunstância de que, por exemplo, muitos prémios atribuídos a empresas por outras empresas são “comprados” e portanto não representam algo, não são verdadeiramente prémios. Desconhecem a circunstância de que, por exemplo, quando lêem noticiários sobre advogados todas as notícias sobre advogados são transmitidas por agências de comunicação e quem não “compra” as agências de comunicação não tem notícias nos jornais, nem que as suas atividades tenham mérito. E isso ocupa partes inteiras da imprensa. Há partes inteiras da imprensa em que é evidente que só é publicado aquilo que resulta de uma atividade profissionalizada, paga por quem tem dinheiro para pagar – são as grandes empresas, as empresa do PSI-20⁴, o Governo e os grandes grupos de poder e os grandes lóbis, como é o caso dos grandes escritórios de advocacia ou então as consultoras financeiras que constituem também uma realidade relativamente recente neste mercado da comunicação. Aqui está um dos primeiros aspetos: quem lê não sabe como chegou ao “prato” do jornal aquilo que está a ler.

Os ingleses tomaram uma iniciativa há uns anos que provocou o furor de muito jornalistas, mas que penso que é interessante reproduzir em todos os países, que é criar uma base de dados dos artigos de jornais e uma base de dados dos comu-

3 Joaquim Pina Moura. Ministro da Economia e Finanças do XII Governo Constitucional, liderado por António Guterres. Teve em mãos a reestruturação do sector energético, processo que justificou a criação de uma comissão de inquérito parlamentar relativo à entrada da Eni e da Iberdrola no capital da Galp. Após sair do Executivo e depois de uma curta passagem pelo parlamento, enquanto deputado da bancada socialista, Pina Moura passou para o sector privado, ocupando o lugar de presidente da Iberdrola em Portugal.

4 Índice das 20 empresas mais cotadas na Bolsa de Lisboa. Sendo o seu nome por extenso, Portuguese Stock Index é o principal índice da Euronext Lisboa e, portanto, do mercado de capitais portugueses.

nicados e das informações das agências de comunicação, para chegar à conclusão que um número muito significativo de notícias reproduz, partitamente *ipsis verbis*, os comunicados e as informações das agências de comunicação. Isto criou um grande tumulto nos *media*, exatamente porque denuncia esse mecanismo de formação.

Como é evidente, a pergunta que aqui tem de se colocar, e isto é que remete para um problema, em certo sentido, de corrupção, é: «o que é que faz com que jornalistas e jornais, em muitos casos, profissionais, aceitem publicar numa secção de que são responsáveis, ou onde trabalham, notícias de agência e não publiquem o que quer que não tenha origem nas agências? E é evidente que, como as relações são só, supostamente, de amizade, entre os jornalistas que trabalham nas agências e recrutam, nesses meios, com base na rede de contactos de jornalistas que permanecem nos jornais, é evidente que isto não pode ser transparente. E como o peso da informação profissionalizada, com origem em assessores, agências de comunicação, agências de *marketing*, hoje nas grandes empresas, no Governo, nos grandes lóbis, é cada vez mais importante como questão de sobrevivência, isso significa que uma parte importante da informação a que temos acesso é informação comprada profissionalmente, sem qualquer indicação de publicidade e isso significa que há aqui um mecanismo que, efetivamente, impede quem lê de ter um controlo democrático e um escrutínio sobre a informação que recebe. Isto é particularmente grave na imprensa económica onde se movem grandes interesses. Onde uma única notícia pode significar uma subida na bolsa e um ganho de centenas de milhares ou de milhões.

É uma prática institucionalizada, que pelos vistos ninguém contesta. Se nós analisarmos o noticiário da imprensa económica, cujo crescimento foi muito grande neste período de crise, nós verificamos que a ideia implícita de economia na imprensa económica não inclui, por exemplo, o trabalho como fator económico. Não há, por exemplo, uma única notícia sobre condições de trabalho. O que não seria normal. A economia, em si, não é apenas a atividade empresarial. Ora, tudo o que não é diretamente atividade empresarial ou atividade governamental com reflexo na atividade económica, em geral não é sujeito a *reporting* pela imprensa económica. Basta só esta deslocação para o domínio meramente empresarial para ver que não estamos perante órgãos de comunicação normais. O que não significa que os outros órgãos de comunicação não padeçam do mesmo problema.

Depois há outros aspetos que são aspetos de *bias*. De influência, em alguns casos de influência indevida. Alguns, obviamente, são espontâneos: devem-se tanto ao mecanismo de *trade-off* – «eu dou-te isto, tu dás-me isto» – mas devem-se à fragilização das nossas redações, com a crise económica, com o afastamento de muitos jornalistas que tinham experiência e independência, em alguns casos, e redações em que estagiários e jornalistas com um situação de trabalho muito precária acabam por fazer uma grande parte do trabalho rotineiro nas redações, é evidente que a baixa de qualidade do *reporting* político e não só, é grande.

Quando falamos neste tipo de influência, temos tendência para analisar a influência política, apenas algo como «O jornalista A simpatiza com o partido B, portanto as suas notícias refletem as posições do partido B», ou «O jornalista A simpatiza com algumas pessoas do partido B, que são seus amigos, seus comensais, companheiros de blogue, companheiros de “copos” e em alguns casos, de cama...» Todos sabemos do que estamos a falar, a endogamia nesses meios é considerável

e isso significa que nalguns casos, os jornais funcionam como uma extensão, também ela não escrutinável pelos leitores, de mecanismos de conflitualidade política. Nalguns casos, às vezes, sabe-se mais, quando algum dos parceiros destes processos resolver vir falar, como foi o caso das revelações sobre a manipulação em blogues e na Internet⁵, que infelizmente revelaram um mecanismo extremamente comum. A manipulação nos comentários, a manipulação em blogues, a manipulação através da circulação de informação, é hoje um serviço que muitas agências de comunicação fornecem aos seus clientes. Têm as pessoas dependuradas numa notícia, quando esta é considerada hostil, à pessoa A ou B, no plano político, ou pelo contrário, quando a notícia pode parecer não-favorável à pessoa A ou B, fabricam-se um conjunto de comentários, anónimos, aproveitando esta circunstância absurda de os jornais terem uma enorme renitência em moderar as suas caixas de comentários. Ou seja, apresentam-se como jornais de referência mas depois quando chega a altura dos comentários são lixo. Talvez o caso mais hipócrita seja o do *Diário de Notícias*, que tem uma porquinha a explicar: «entra aqui por sua própria conta e risco e estes conteúdos podem ser ofensivos». Costumo fazer esta comparação: querem que o jornal seja um palácio e ao lado, há um monte de lixo. E limitam-se a colocar uma placa a dizer: «aqui está um monte de lixo». E é evidente que a manipulação através dos comentários de opinião – porque há também um tipo de leitor e um tipo de consumidor da informação na internet que vive nesse mundo dos comentários e nas redes sociais, onde este tipo de manipulação também existe. Mas há também outra forma hipócrita: os jornais moderarem os comentários nas suas páginas e depois abrirem uma página na internet onde os comentários não são moderados. O *Público* e outros jornais têm isso. Porquê? Porque isto tem um valor económico. E aí, lá está o problema da corrupção. O número de vezes que as pessoas vão lá para colocar ou ver comentários aumenta o valor económico da página e portanto, em termos de publicidade, o número de cliques, o número de vezes que a página é visitada valoriza a página e isso dá-lhe um valor económico. Isto significa uma selva e é evidente que uma selva tem predadores, não apenas coelhos aos saltos. Desculpem a metáfora... foi espontânea. Felizmente, há coelhos em vários sítios e portanto... Há imensos predadores por aí e o que de mais importante acontece nas redes sociais não é espontâneo, é controlado.

E quando temos de discutir o problema da corrupção política, não podemos ignorar a permanente manipulação de opinião pelos *media*, que é feita de forma profissionalizada, ou seja paga, por um conjunto de agências que em muitos casos, empregam algum pessoal das “jotas”⁶ que se “fizeram” nos blogues, neste

5 O investigador refere-se à entrevista de Fernando Moreira de Sá, consultor de comunicação e investigador, motivada pela sua tese de mestrado, que analisa a manipulação de informação em blogues políticos, durante o ano de 2011 e em vésperas das eleições legislativas de 2012, publicada na revista *Visão*. Cf. “Ascensão e queda de Passos, versão 2.0”. Disponível em <http://visao.sapo.pt/ascensao-e-queda-de-passos-versao-20=f758352>

6 N.T.: “Jotas” são as juventudes partidárias, organizações que congregam militantes dos partidos até aos 35 anos. Em Portugal, entre outras destacam-se a Juventude Socialista (JS), a Juventude Social Democrata (JSD), a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) e a Juventude Centrista, respetivamente pertencentes a PS, PSD, PCP e CDS-PP. Os “Jovens do Bloco” são considerados uma organiza-

tipo de intriga política e que são depois transportados para essas lides porque conhecem o meio, as pessoas e, acima de tudo, conhecem as fraturas que podem depois ser relevantes na manipulação da opinião. Esta fez-se primeiramente nos blogues agora transitou em grande parte para as redes sociais e para os comentários nos jornais.

Mas essa selva, do ponto de vista do leitor, do consumidor de informação, é em grande parte desconhecida. E aí, há um esforço para revelar, de facto, estes mecanismos, tem de haver uma noção de que aquilo que se passa manipula, de facto, a opinião pública. Depois, há várias formas de manipulação que têm a ver com a recente promiscuidade entre políticos e jornalistas. As formas clássicas tinham a ver com a partilha do mesmo partido ou da mesma noção do mundo. Isso não desapareceu mas não é isso. Não é a circunstância de o jornalista A ser simpatizante do partido B que condiciona, necessariamente, os mecanismos de informação que consideramos hoje mais corrompidos.

Por exemplo, há uma emergência, um *turn-over* etário que é idêntico nos partidos e nas redações. Ou seja, pessoas com o mesmo perfil, com o mesmo tipo de conhecimento académico ou desconhecimento, com o mesmo tipo de carreiras, de relações sociais emerge com grande proximidade nos partidos políticos e nas redações. E essas pessoas têm uma visão muito semelhante. Eu costumo dizer, às vezes de forma provocatória, que o *time-out* unifica-os a todos. Têm a cultura dos mesmos bares, dos mesmos restaurantes, do mesmo tipo de leituras, ou mais propriamente, de não-leituras, mas essa comunidade de aproximação ao mundo que tem uma forte componente etária condiciona depois o *reporting*, como se pode ver por exemplo, na relativa simpatia que as redações mostram pelas manifestações dos “Indignados”⁷ e a relativa antipatia que mostram pelas manifestações da CGTP⁸. Isso é uma coisa que necessita de ser estudada mas é um facto que manifestações que tenham uma componente cultural, mesmo folclórica, mesmo de alternativa, são vistas com simpatia, com a imprensa a participar ativamente na promoção dessas manifestações. Mas só são eficazes na primeira vez. Ao mesmo tempo, o mundo que aparece nas manifestações da CGTP e das organizações corporativas é relativamente alheio ao conhecimento social de muitos jovens jornalistas que não sabem o que é um torno ou uma fresa, ou nem sabem verdadeiramente o que é uma fábrica. A fábrica que conhecem é a Autoeuropa⁹, que é alemã e só pelas notícias. Aquele mundo que aparece é-lhe completamen-

ção informal. Outros partidos mais pequenos e sem representação parlamentar, como o Partido Nacional Renovador (PNR) albergam também juventudes partidárias organizadas (Juventude Nacionalista).

7 Organização não-governamental de contestação social. No seu manifesto, pode ler-se no primeiro parágrafo: «Somos pessoas comuns. Pessoas com deveres, direitos e responsabilidades. Pessoas que se levantam todas as manhãs para estudar, trabalhar ou procurar emprego. Pessoas que têm família e contas para pagar. Pessoas que trabalham arduamente para proporcionar um futuro melhor àqueles que os rodeiam.»

8 Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, maior estrutura sindical do país, muitas vezes conotada com a esquerda, em particular com os partidos à esquerda do PS.

9 Autoeuropa é o nome comercial da fábrica do grupo construtor automóvel alemão Volkswagen em Portugal, situada em Palmela.

te alheio e esta comunidade social, cultural faz com que o *reporting* deste mundo seja muito pobre.

Sei que isto pode ofender muitos jornalistas mas não é por acaso que maioria da informação de referência perde leitores. Claro que há um fenómeno e outros como o *Correio da Manhã* ou o *Jornal de Notícias* conseguem ainda manter leitores e isso deve-se à circunstância de que a agenda desses jornais é mais próxima dos sentimentos comuns das pessoas. E isso não é demérito. Se lerem com atenção as pequenas notícias o tipo de problemas, como a segurança que é um problema gravíssimo em Lisboa... Em alguns prédios à volta de Lisboa, o facto de ter-se deixado de pagar condomínio... é um dos fenómenos da crise e portanto deixou de poder-se arranjar os elevadores, o que significa que a população idosa que se encontra nos andares superiores desses prédios tem muitas dificuldades em deslocar-se. Encontraram alguma notícia sobre isso? Nunca. No entanto, este é um problema real. O próprio relato da crise muito estereotipado, socialmente estereotipado, pela urbanização dos jornalistas – a maior parte é urbano e o mundo cultural em que circulam é muito idêntico ao das “jotas” dos partidos. Aquele tipo de vida é tão próximo que é natural que haja depois promiscuidade cultural e também o *trade-off* do lugar, das posições. Muitas pequenas empresas de *marketing* criadas *out of the blue*¹⁰ são a forma moderna das empresas do Fundo Social Europeu¹¹. Há dinheiro para esse tipo de contratações, criam-se empresas e as empresas chegam a esse dinheiro através da proximidade de um cliente e esse cliente é geralmente da área política ou do Governo, ou dos partidos ou das autarquias. Hoje, já não se abriria uma empresa como a Tecnoforma¹², a típica empresa desse período, mas abre-se uma empresa de *marketing* cuja clientela é, praticamente, acessível.

Quis começar por aqui porque penso que é relevante perceber que este é um dos mecanismos menos conhecidos da corrupção política. Porque significa a manipula-

10 N.T.: Do nada.

11 Empresas apoiadas por dinheiros europeus de fomento ao emprego. «Instituído em 1957 pelo Tratado de Roma, é o fundo estrutural mais antigo, contribuindo para o reforço da política económica e social da União, melhorando o emprego e as possibilidades de emprego. Para o efeito, o FSE apoia ações dos Estados Membros visando o aumento da capacidade de adaptação dos trabalhadores e das empresas, a melhoria do acesso ao emprego, a inserção profissional dos desempregados, o reforço da integração social das pessoas desfavorecidas, o aumento e a melhoria do investimento no capital humano, o reforço da capacidade institucional e a eficácia das administrações e dos serviços públicos», pode ler-se no portal do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I.P. Cf. <http://www.igfse.pt/>

12 Empresa da área da formação profissional, que obteve entre 2002 e 2004 cerca de 76% do total dos financiamentos europeus atribuídos na região centro à totalidade das empresas privadas que concorreram à realização de ações de formação para funcionários das autarquias locais. A empresa criou uma organização não-governamental (ONG), o Centro Português para a Cooperação onde participavam atual Primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, o então líder parlamentar do PSD, Luís Marques Mendes, e os também social-democratas Ângelo Correia e Vasco Rato (hoje, presidente da Fundação Luso-Americana). Fernando Sousa, na altura deputado do PS, e Eva Cabral (então jornalista do *Diário de Notícias* e atualmente assessora do primeiro-ministro) estiveram também na fundação desta ONG. A tutela dos fundos era de Miguel Relvas, então secretário de Estado da Administração Local. A uni-los, existia um passado comum na Juventude Social-democrata, a “jota” do PSD. Cf. http://www.jornaldenegocios.pt/economia/fundos_comunitarios/detalhe/tecnoforma_o_fantasma_dos_fundos_regionais_saiu_do_parlamento_sem_respostas.html

ção da opinião em nome de interesses particulares. De novo, temos aqui grandes interesses do sector das grandes empresas, do sector financeiro que levam a que se reproduza sistematicamente a linguagem do poder, quase naturalmente. Um caso típico que, acho, merce estudo é o da forma como foi tratada a primeira privatização em Portugal, a da EDP. Esta foi quase unanimemente apresentada nos editoriais dos jornais como um exemplo de transparência, reproduzindo a linguagem governamental, e foi preciso esperar seis meses para saber que havia um processo de *inside trading*¹³, que havia condições contratuais que não eram do conhecimento público. Ou seja, a criação de uma opinião sobre a maior privatização em Portugal feita “à cabeça”. E quando começaram a surgir estas últimas notícias, estas já não dissolveram a impressão que as primeiras criaram. E isto repete-se sistematicamente.

Os jornais são um terreno de batalha, de manifestações políticas, através de “fugas orientadas”, como aquelas fugas *ad terrorem* em que depois se sabe que as medidas políticas que vão ser tomadas afinal não são assim tão graves como o que estava anunciado. «Conseguimos evitar que fosse assim». E este mecanismo de dolo e de engano das pessoas é dos mecanismos mais graves da corrupção política e dos *media* dos dias de hoje. E é sistematicamente utilizado.

Os exemplos são da ordem das dezenas e mesmo assim continua a fazer-se. De vez em quando, algo corre mal. E o escrutínio político a vida política praticamente não existe. Alguém sabe realmente quais são as conversações entre o Governo e a *troika*? Do ponto de vista do historiador, será que eu tenho e certeza de que vou ter materiais para poder estudar essa relação? Será que os e-mails estão registados? Admitindo que muitas das comunicações são por e-mail... Será que há atas das reuniões. A maioria das respostas a estas perguntas será não. Os partidos por exemplo deixaram de fazer atas das suas reuniões. Mas faziam, no passado...

Desapareceu grande parte do registo escrito e como grande parte das comunicações são de índole pessoal, por e-mail. Não tenho dúvidas nenhuma de que, para se saber o que se passou, tem de se conhecer o computador de Vítor Gaspar¹⁴, o computador dos homens da *troika*. Até as comunicações oficiais dos homens da *troika* foram feitas a partir do computador de Vítor Gaspar, é um dado conhecido. Num estado democrático, tudo isto devia estar registado. Não digo que devesse ser revelado, porque naturalmente há aspetos neste tipo de negociações que têm de ser protegidos pelo segredo durante um período de tempo relativo. Mas deveria estar registado. Muito dificilmente será possível conhecer grande parte das coisas que acontecem porque a manipulação da opinião com a informação de que foi a *troika* que decidiu e, afinal, não foi a *troika*. Tudo isto são mecanismos de controlo da opinião pública.

Quanto à corrupção política no sentido restrito, existe a percepção que os jornais dão, de que é generalizada e grave. Os jornais com uma certa visão justicialista e populista valorizam o que rende em termos de leitores e em termos de votos. Significa isso que, na realidade a corrupção em política é menor do que vem nos jornais. Tanto

13 Trata-se da negociação de valores mobiliários baseada no conhecimento de informação privilegiada, ou seja, dados relevantes que ainda não são de conhecimento público. O resultado é uma vantagem, à partida, nas negociações.

14 Ministro das Finanças do XXI Governo Constitucional de Portugal, entretanto demissionário e hoje consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI), umas das entidades constituintes da *troika*.

quanto sei, não é menor, mas não está dentro do que os jornais relatam. Os jornais relatam o que não é importante. Algo que chegou a ser teorizado pelo *O Independente*, os mais velhos lembrar-se-ão. Chegou a teorizar-se cobertura da corrupção na imprensa portuguesa, exprimindo-a nestes termos: «O nosso jornal ataca a corrupção». Não foi dito exatamente assim, mas «é este o conteúdo dos homens da meia branca», isto é dos deputados, dos dirigentes partidários, ou seja, da canalha, daquilo que os próprios jornalistas sabem que era, no sentido da Revolução Francesa¹⁵. Esse era o alvo. E quem é que não entrava? Não há uma única notícia, do primeiro ao último número, sobre aquilo a que o próprio jornal chama “o velho dinheiro”. Este termo é uma invenção, porque aquilo a que se chama “velho dinheiro” era dinheiro relativamente novo. Mas a ideia de que havia uma aristocracia do dinheiro e essa aristocracia do dinheiro tinha o direito de usá-lo como queria e a não ser escrutinada — era como se fossem príncipes e princesas, numa certa atitude monárquica em relação ao dinheiro, e o escrutínio fazia-se com grande intensidade sobre “o novo dinheiro”. E o novo dinheiro era normalmente o dinheiro dos pequenos, a pequena corrupção, das autarquias, dos agentes políticos. Essa sim, era o “grosso” do jornal. E desafio-vos a encontrar um único artigo sobre os grandes lobistas do regime, que já se sabiam quem eram, os grandes grupos económicos que estavam em processo de formação, exatamente com esta ideia do “velho dinheiro” e também por outra razão. No caso d’*O Independente*, há um motivo ideológico. O que se atacava era a classe política da democracia. O “velho dinheiro” já vinha do regime anterior. Havia aqui, também, uma deslocação para aquilo que é mais simples no tratamento da corrupção, a corrupção dos “de baixo” e dos “do meio”. A dos “de cima” é perigoso tratar. Primeiro, é muito mais difícil, porque o segredo é normalmente um bem escasso e acumula-se “em cima” e aí é muito difícil fazer um escrutínio. E depois, porque essas pessoas têm meios para retaliar e retaliaram, com processos e pondo pessoas “na rua”. Já ninguém se lembra, mas existe aquela frase de Jaime Gama: «Com os jornalistas, ou há dinheiro para os despedir ou há dinheiro para os comprar».

No problema da corrupção como ele é retratado pelos *mídia*, continua a haver uma proximidade, como aliás é típico das democracias, com os mecanismos da pequena e média corrupção, que foram atualizados por um conjunto de publicações sobre a corrupção que encontraram no parlamento, e aqui vamos às teses de Paulo de Moraes, o espelho ideal da corrupção.

A ideia de que o parlamento tem poder, no nosso sistema político, é completamente absurda. Os deputados não têm poder algum, enquanto deputados, porque politicamente, nunca divergem. Como a sua eleição se deve aos partidos, ao lugar que têm na lista dos partidos, respondem perante os partidos, com a tendência para a profissionalização das carreiras políticas, a liberdade para dizer que não é cada vez mais escassa, portanto o poder político é delegado por terceiros. É delegado pelas secções partidárias. E portanto, onde há mecanismos de corrupção significativos, não é tanto pela circunstância de a pessoa A, B ou C, e são poucas, estarem no parlamento, mas pela sua circunstância de, ou na sua atividade pro-

15 «Canaille», a par de «sans-cullote» foi um dos termos usados pela aristocracia francesa do tempo de Luís XIV para denominar o «povo». Cf. Arendt, H. (1963); *On Revolution*; London: Penguin Books Ltd. Disponível em https://archive.org/stream/OnRevolution/ArendtOn-revolution_djvu.txt

fissional, ou no seu papel de influência nos partidos políticos, ou na governação, poderem ter uma margem de manobra que não lhes advém da circunstância de serem deputados. Em muitos casos, eles são deputados já em função de uma margem de manobra que é anterior. E, por isso, as listas de incompatibilidades profissionais no parlamento, que servem de pressão para que os deputados não tenham profissão, é uma das coisas, do meu ponto de vista, mais perniciosas no sistema político português, que é profissionalizar a política. Uma coisa que, por exemplo, as “jotas” do PS e do PSD defendem. Ora isto significa que se chega aos 30 anos sem grande experiência, sem grandes habilitações académicas e profissional, ou seja completamente dependentes de continuarem uma atividade política profissionalizada.

O problema não está tanto na existência de uma legislação muito complexa de incompatibilidades, está na existência de mecanismos de controlo e de regulação com efetivo poder. Há muito tempo que proponho, por exemplo que a Comissão de Ética¹⁶ não seja constituída em função das maiorias e minorias parlamentares, mas por elementos fora do parlamento, com recurso a uma maioria de dois terços e com decisões que possam ir até à cassação do mandato, com sanções efetivas, mas com um último recurso que é normal nas instituições parlamentares, que é uma maioria qualificada no parlamento. Isso daria um enorme poder às comissões de ética que julgariam, não em função das incompatibilidades em abstrato, mas em função da falta do ponto de vista ético, político ou de qualquer outra natureza, do deputado. Esta pressão de querer profissionalizar a vida no parlamento, em exclusividade de funções, é uma pressão populista que de resto, a imprensa apoia. Mas os deputados nunca estão em exclusividade de funções porque as suas funções partidárias são muitos mais importantes que as suas funções parlamentares ou políticas eletivas. E é, evidentemente, na partidocracia que se encontra a génese significativa da corrupção. O problema da corrupção política hoje é um problema de partidocracia, mais do que um problema de funcionamento das instituições.

A significativa hegemonia na vida política dos dois grandes partidos políticos, PS e PSD, é um efeito perverso de medidas tomadas a seguir ao 25 de Abril. Tentou criar-se rapidamente um sistema democrático com partidos que não tinham passado antes do 25 de Abril para contrariar o poder efetivo do PCP. E o que se fez? Entregou-se no fundo aos dois grandes partidos a hegemonia da vida política. Que se traduz, entre outras coisas, nisto: durante muitos anos não podia haver candidaturas independentes a nada, agora já é possível. Era só às autarquias, mas continua a não ser possível, por exemplo, em relação ao Parlamento Europeu. O que faz com que, por exemplo, Marinho e Pinho tivesse de concorrer pelo “Partido da Terra” (MPT) ou em relação à Assembleia da República, em que as candidaturas têm que ir a partidos, que são também uma fonte de corrupção política na medida em que são usados para ceder o seu nome a candidaturas de partidos que não têm qualquer atividade política no intervalo das eleições, mas quando chega às eleições servem para este tipo de candidaturas. E isso também um aspeto perverso do sistema político-partidário português. O

16 Atualmente, a antiga Comissão de Ética Parlamentar tem o nome de Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação.

Cf. <http://www.parlamento.pt/sites/com/XIIILeg/12CPECC/Paginas/default.aspx>

que é importante analisar é que há corrupção a todos os níveis. Se quisermos usar esta terminologia, algo grosseira, há corrupção “em baixo”, com um mecanismo de cunhas, patrocínatos, muito associado às autarquias, e muito associado ao poder autárquico e ao poder partidário, também à hierarquia da corrupção. E então chegamos de facto, ao centro dos grandes negócios, da corrupção política que é, evidentemente, o topo: governos, gabinetes ministeriais, assessorias, grandes escritórios de advogados, consultoras financeiras e, aí, o escrutínio é muito pequeno, por várias razões.

Em primeiro lugar porque não são necessariamente os eleitos os principais fatores deste processo de *trade-off*, mas sim as pessoas que circulam à volta dos eleitos. Pessoas de confiança, *think tanks*¹⁷, facilitadores que são aquelas pessoas que num processo de privatização avisam que este tem de passar por certas pessoas: «quando é de grande confiança, a pessoa vai para lugares de grande confiança também muito pouco escrutinados pelos *media* como são as comissões de remuneração¹⁸, por exemplo, muito mais importantes em algumas empresas do que as ficções que são alguns conselhos de administração, porque definem exatamente o que eles vão ganhar, e há aí uma relação de estrita confiança. Como a maioria destes mecanismos não se traduz no papel, mas em almoços, jantares e encontros entre uma elite económico-financeira e uma elite política, que não é necessariamente a elite política que nós vemos na governação a ir a votos. Esta gente tem mecanismos de controlo político que pouco têm a ver com eleições. As pessoas que vão a votos, normalmente, são bem-vindas nestes setores mas nunca entram muito no círculo interior. Entre outras razões porque precisam de ir a votos e podem pôr-se a propor medidas que não são de inteira confiança. Ou seja, não os levam a jantar a casa. Um desgraçado que comete uma fraude ao fisco no valor de € 5000,00 fica logo excluído do grupo das pessoas com quem é suposto estar-se. Mas se se tiver esquecido de pagar € 5 000 000,00 em impostos nem por isso deixa de estar na elite natural que é consultada pelos governos. Aí nunca há sanção, mas é uma relação como naquela casa inglesa de *Upstairs Downstairs*¹⁹ a maioria dos agentes políticos está na *downstairs*. No *upstairs* estão pes-

17 N.T.: Os *think tanks* são organizações que desenvolvem a sua atividade no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, com perspetivas que visam influenciar transformações sociais, políticas, económicas ou científicas, em particular em áreas de elevada complexidade técnica e estratégica. São, em geral, nas democracias, financiados por privados, embora possam também ter financiamento público indireto

18 Tomando como exemplo as empresas cotadas em bolsa, em que estão delimitadas por lei as suas competências, leia-se o que a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) determina: «Il.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela assembleia geral anual de acionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes».

Cf. http://www.cmvm.pt/CMVM/Recomendacao/Recomendacoes/Soccot/Soccot_Set2007/Pages/indice.aspx

19 Transmitida em Portugal com o título *A Família Bellamy* trata-se de uma série britânica cujo

soas que fazem essa ligação, é o caso dos grandes escritórios de advogados, onde circulam muitas pessoas que têm esse papel. E essas sim, almoçam em casa dos uns dos outros. Há aqui *trade-offs* no sentido clássico da corrupção? Muitas vezes não há. Uma decisão não é paga por uma conta na Suíça, que é a ideia clássica. Muitas vezes o que há é a garantia de benesses, por exemplo, a garantia de empregos muito bem pagos. Benesses para familiares para os próprios, uma rede de proteção no topo, que é estendida para quem se porta bem. E a análise destes mecanismos é particularmente difícil de fazer porque o segredo concentra-se aqui. As pessoas, entre outras coisas, pagam pelo segredo. Grande parte das transações é feita em *offshore* e só por isso já têm uma certa proteção. Às vezes as coisas correm mal e lá se vem a saber... mas ninguém que sabe, fala. Aqui há uma *omertà*²⁰ de outra natureza.

Só queria ainda chamar a atenção para que o “grosso” da corrupção não é a pequena e média. Deve ser olhado quando uma comissão de acompanhamento de uma privatização é nomeada quando a privatização já está decidida e valida a privatização dizendo no seu próprio relatório que nunca foi feita uma avaliação da empresa antes de ser determinado o preço pelo qual foi vendida, as pessoas acham isso absolutamente normal. E encontraram isto em algum jornal? Não. Há também uma certa prática jornalística do “ouvido”, em detrimento do documento. E mesmo muitos documentos que poderiam permitir ter esta percepção nunca são analisados. A ideia de que o *reporting* de investigação é mais caro é um mito para não se fazer investigação.

Só uma pequena observação: na corrupção média, chamemos-lhe assim, há um fenómeno das empresas “criadas-para-o-dinheiro-que-há”. Na verdade, estas não são empresas. São-no, porque a pessoa A é amiga da pessoa B e a pessoa B diz-lhe: «Olha que nós vamos ter aqui uns fundos com um nome bonito e portanto, era importante que vocês criassem uma empresa. E é por isso que muitas pessoas enriquecem. E a empresa é criada não em função do mercado mas do acesso ao poder político. Muitas vezes até, os *curricula* das pessoas que se apresentam ao lugar de gestores são sempre de áreas relacionadas com os lixos, com a área ecológica, ou de áreas com relações próximas com as autarquias, ou que precisam do aval do Governo. Sempre “praias” em que o acesso ao poder político é fundamental. Estamos a falar de empresas pelas oportunidades que o acesso ao poder político dá. A Tecnoforma é um caso típico, como hoje algumas empresas de *marketing*. E aqui é um caso evidente de corrupção política. Se não se tem acesso ao poder político em que de um modo geral quando há um fundo ou algo do género, já se sabe para quem ele é — as consultoras financeiras, os escritórios de advogados, as empresas de *marketing*.

De antemão, os *cognoscenti* já sabem que está fechado. Não há concursos, não há competição, não adianta ter serviços mais baratos. Eu fiz uma vez um curso no Parlamento Europeu. Ai, há imensa corrupção nas instituições europeias, por via do pagamento

enredo se desenrola nas primeiras três décadas do século XX, focado na vida dos dois grupos residentes (os Bellamy e os seus criados) da casa da família Bellamy, situada no 165 de Eaton Place, em Londres, Inglaterra. A série venceu o prémio Emmy de melhor série dramática em 1974, 1975 e em 1977, e o Globo de Ouro em 1974.

20 A *omertà* é um código de honra, baseado no silêncio e no sigilo, bem como na não interferência face às atividades legais e ilegais dos outros, originário da máfia italiana do Sul (mas também da máfia corsa). A sua influência estende-se às demais máfias de influência italiana. Aqui, o sentido da utilização da palavra é, de algum modo figurado.

de viagens a jornalistas, conferências e colóquios destinados a garantir umas férias consideráveis. Fala-se na propaganda médica, mas esta é outra variante. Muito com origem na Comissão Europeia. Mas nunca há escrutínio. Às vezes um jornal coloca: «este jornalista deslocou-se a convite do deputado X». Claro que não irá “dizer mal” desse deputado.

Um exemplo: fiz um concurso para o *site* do grupo parlamentar do PSD. A ideia de fazer um concurso foi extremamente mal recebida, porque aquilo era suposto ser adjudicado a uma empresa constituída por antigos elementos da “jota”. Estou a dar o exemplo do PSD, mas é igual no PS e no CDS, de outra maneira e com outra dimensão. Quando vieram os orçamentos, uma empresa belga altamente qualificada propunha metade das empresas portuguesas próximas. E não foi fácil adjudicar o *site* à empresa belga. Porque tradicionalmente, o costume era entregar aos próximos. É por isso que os partidos gostam de campanhas eleitorais: há quantidade enorme de dinheiro, gasto, quer a campanha eleitoral seja mais rica ou mais pobre, que fica nos intermediários. Nas pessoas que vão comprar as canetas, as bandeiras. Se forem às sedes dos partidos encontram uma série de material que foi produzido e nunca saiu à rua. Toneladas... Mas alguém ganhou, a meio-caminho.

As estruturas estão feitas de tal maneira que já sabem qual é a tipografia, o fornecedor de brindes, já sabem qual o que faz as bandeiras, e estes mecanismos que explicam muito dessa pequena e média corrupção.

Para concluir, a corrupção é um problema gravíssimo, a captura pelo sistema económico, bancário, pelo topo da governação, criando este limites. Há medidas que nunca podem ser tomadas, quem tentou fazer com que a banca, que agora recebeu uma série de casas e não aceita o coeficiente de correção da avaliação inicial, quando ela as avaliou por um valor muito mais baixo, prefere não ficar com a casa e a pessoa ficar com a dívida, é óbvio que se poderia legislar com mais justiça: a casa vale 20, agora vale 18. Se avaliaram por 20, há um coeficiente de desvalorização que tem sentido. Mas não tem sentido que valha 10. E como a banca decide unilateralmente que vale 10, sem qualquer correspondência com a avaliação que fez antes, experimentem apresentar uma medida deste género... Não passa em lado nenhum.

E muitas outras coisas que poderiam, até do ponto de vista do senso comum, ser fundamentadas, não passam porque são medidas que prejudicam interesses instalados com uma grande representação político-partidária e uma grande representação neste círculo que manda nas decisões. Portanto, o problema da corrupção política é um problema de transparência, de escrutínio, de conhecimento — é preciso conhecer estes mecanismo e não pensar que tudo se passa com o envelope por debaixo da mesa, porque isso é o menos relevante. E é universal, de cima a baixo. E é um dos aspetos que mais fragiliza a democracia porque, e a imprensa tem aí um papel, atirando ao lado em grande parte. O cidadão que vê o vizinho enriquecer sem ser suposto ninguém enriquecer ou, pelo menos, ele não empobrecer com empobreceu, e sabe pelo que é, a percepção — nas cidades parte desta perde-se, nos meios pequenos nota-se mais — é devastadora da legitimação da democracia.

É um problema grave, muito grave e por vezes mais grave que o tratamento judicialista e populista que a comunicação social faz da corrupção.